

BOLETIM Finanças Públicas \$

— Anual - 2025

Governo do Estado do Piauí
Rafael Tajra Fonteles

Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN)
Washington Luís de Sousa Bonfim

Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET)
Cíntia Bartz Machado

Diretoria de Estudos Econômicos e Estatísticas (DEAE)
Diarlison Lucas Silva da Costa

Diretoria de Análise e Avaliação de Políticas Públicas (DAPP)
Renata de Lacerda Antunes Borges Lopes

Diretoria de Planejamento e Inteligência Territorial (PLANTI)
Bruna de Freitas Iwata

Gerência de Econômicos Aplicada (GEEA)
Bárbara Delfino De Aragão Reis

Equipe de Elaboração
Bárbara Delfino de Aragão Reis
João Vitor Rodrigues de Araújo
Eduardo Pereira da Silva Jardim (estagiário)

Setor de Publicações
Luciana Maura Sales de Sousa
Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

Capa e Diagramação
Marcos Matheus Pereira Barbosa
Wesley da Silva Sousa

Normalização
Adriana Melo Lima

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Adriana Melo Lima CRB – 13/842

Boletim – Finanças públicas [recurso eletrônico] / CIET/SEPLAN – Teresina – PI : CIET/SEPLAN, 2026.

14 p. : il. color. v.1 n. 2 (Anual)

1. Finanças públicas – Piauí. 2. Planejamento. 3. Desempenho fiscal.
4. Endividamento. I. Título.

CDU 336.1(812.2)

Contato

CIET/SEPLAN

BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS

Av. Miguel Rosa, 3190/Centro Sul – CEP 64001-490

Teresina-PI Telefone: 0xx86 3221-4809, 3215-4252 – Ramal: 21/22

Email: assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br

Sítio: www.seplan.pi.gov.br/cepro/publicacoes/



APRESENTAÇÃO

O Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET/SEPLAN) apresenta o *Boletim de Finanças Públicas*, elaborado como subsídio técnico ao planejamento governamental e ao acompanhamento da execução orçamentária e fiscal do estado do Piauí.

As finanças públicas constituem um instrumento estruturante da ação estatal, pois organizam a capacidade de financiamento de políticas públicas e orientam a gestão do orçamento diante de prioridades sociais, compromissos obrigatórios e ciclos econômicos.

Neste contexto, o presente segmento examina o comportamento das receitas orçamentárias (correntes, de capital e intraorçamentárias), a evolução de componentes relevantes da arrecadação (com destaque para ICMS, FPE e IRRF), o perfil das despesas liquidadas (correntes, de capital e intraorçamentárias) e os principais indicadores de dívida (DC e DCL), tomando como referência os demonstrativos oficiais do RREO e do RGF, no comparativo 2024-2025.

A leitura integrada das receitas, despesas e dívida permite avaliar a robustez das fontes de arrecadação, a rigidez dos gastos correntes, o esforço de investimento e a sustentabilidade do endividamento, elementos decisivos para o planejamento e para a eficiência do gasto público.



RESUMO

No exercício de 2025, as receitas totais do Poder Executivo estadual somaram R\$ 30,19 bilhões, com crescimento nominal de 34,61% frente a 2024, movimento explicado pela expansão das Receitas Correntes (+8,83%) e, sobretudo, das Receitas de Capital (+32,92%), com destaque para o aumento das Operações de Crédito (+19,65%) e das Transferências de Capital (+406,27%).

Os resultados das Receitas Correntes foram sustentadas pelo avanço de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (+10,56%) e pelo aumento das Transferências Correntes (+6,22%), reforçando a centralidade das fontes recorrentes no financiamento estadual.

Do lado da despesa, as despesas liquidadas atingiram R\$ 29,93 bilhões, com alta nominal de 34,81% em relação a 2024, com crescimento das Despesas Correntes (+12,11%), notadamente Pessoal e Encargos (+6,85%) e Juros e Encargos da Dívida (+48,68%), e também das Despesas de Capital (+17,00%), com destaque para o aumento dos Investimentos (+8,57%). No endividamento, a Dívida Consolidada Líquida alcançou R\$ 13,35 bilhões em 2025 (+24,16% frente a 2024) e o indicador DCL/RCL ajustada elevou-se para 71,35%, mantendo-se em patamar confortável e distante do limite de referência de 200%.

Palavras-chave: finanças públicas – Piauí; planejamento; desempenho fiscal; endividamento.



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 RECEITAS DO GOVERNO ESTADUAL	6
3 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9
4 PRINCIPAIS RECEITAS CORRENTES	10
5 DESPESAS DO GOVERNO ESTADUAL	11
6 DÍVIDA CONSOLIDADA E DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	13
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS	15



1 INTRODUÇÃO

As finanças públicas constituem referência para a condução do planejamento governamental, na medida em que evidenciam a capacidade do Estado de financiar políticas públicas, manter a regularidade dos serviços e preservar condições fiscais compatíveis com a execução de investimentos.

A apreciação desses resultados permite avaliar, de forma consistente, o grau de previsibilidade da arrecadação, a pressão exercida pelas despesas obrigatórias e a margem efetiva para decisões discricionárias, elementos que condicionam a eficiência da gestão e a resposta a choques e contingências.

Nessa perspectiva, este Boletim apresenta uma análise do desempenho fiscal do Poder Executivo do Piauí, com ênfase no comportamento agregado das receitas e despesas e na evolução do endividamento, com destaque para a Dívida Consolidada e a Dívida Consolidada Líquida. A análise fundamenta-se nos dados oficiais do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), no comparativo 2024-2025, e em informações do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), ambos disponibilizados no SICONFI/Tesouro Nacional.

A consolidação dessas evidências visa conferir maior objetividade ao diagnóstico fiscal, subsidiar decisões de curto e médio prazo e ampliar a transparência e a qualidade da informação para fins de planejamento de médio e longo prazo.

2 RECEITAS DO GOVERNO ESTADUAL

As receitas públicas são responsáveis por garantir o ingresso e a disponibilidade de recursos financeiros necessários para o financiamento de programas, projetos, atividades e ações relacionadas às políticas públicas e a todas as prestações do poder público. Essas receitas viabilizam a execução e a entrega de prestações e serviços essenciais tanto para a sociedade como para a administração pública. No cômputo desses valores são levadas em consideração as disponibilidades financeiras das receitas orçamentárias, classificadas em Receitas Correntes e Receitas de Capital, e das Receitas Intraorçamentárias.

As Receitas Correntes constituem os recursos arrecadados dentro do exercício e são oriundos das receitas de tributos, de contribuições, da exploração do patrimônio estatal, da

exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços), de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes) e de demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

As Receitas de Capital são as provenientes de recursos financeiros oriundos da captação de crédito, da conversão, em espécie, de bens e direitos, do recebimento de recursos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinados a atender Despesas de Capital e do superávit do Orçamento Corrente.

Com relação às Receitas Intraorçamentárias, podem ser compreendidas como receitas de órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Estado. Não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas remanejamento de receitas entre seus órgãos e instituições.

Tabela 1 – Receitas do estado do Piauí: Poder Executivo – 2024 e 2025

Receita	2024		2025		Variação (%)
	Valor R\$	Part. %	Valor R\$	Part. %	
RECEITAS CORRENTES	17.981.001.087,44	80,17%	19.568.651.527,29	64,81%	8,83%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.448.185.793,08	28,75%	7.129.364.137,52	23,61%	10,56%
Contribuições	1.175.934.489,46	5,24%	1.265.729.454,09	4,19%	7,64%
Receita Patrimonial	537.616.714,80	2,40%	723.192.290,13	2,40%	34,52%
Receita de Serviços	38.225.478,77	0,17%	58.561.673,27	0,19%	53,20%
Transferências Correntes	9.665.757.208,83	43,09%	10.267.370.041,76	34,01%	6,22%
Outras Receitas Correntes	115.281.402,50	0,51%	124.433.930,52	0,41%	7,94%
RECEITAS DE CAPITAL	2.512.867.427,00	11,20%	3.340.052.671,24	11,06%	32,92%
Operações de Crédito	2.416.140.668,00	10,77%	2.891.033.102,48	9,58%	19,65%
Alienação de Bens	5.685.123,39	0,03%	5.224.246,55	0,02%	-8,11%
Amortizações de Empréstimos	4.608.586,51	0,02%	6.211.911,93	0,02%	34,79%
Transferências de Capitais	86.433.048,40	0,39%	437.583.410,28	1,45%	406,27%
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS)	1.935.981.958,00	8,63%	2.356.467.982,54	7,80%	21,72%
Total Geral	22.429.850.472,00	100%	30.192.781.608,97	100%	34,61%
Receita Corrente Líquida	17.181.161.335,79	76,60%	18.732.289.115,60	62,04%	9,03%

Fonte: SICONFI - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, (2024/2025); Relatório de Gestão Fiscal RGF. Elaboração: CIET/SEPLAN (2026).

Considerando o exercício de 2025, o total geral de receitas (Tabela 1) realizadas pelo Poder Executivo do Estado do Piauí somou R\$ 30.192.781.608,97, registrando crescimento nominal de 34,61% em relação ao ano de 2024 (R\$ 22.429.850.472,00). Esse resultado decorre, sobretudo, do crescimento das Receitas de Capital, que passaram de R\$ 2.512.867.427,00 em 2024 para R\$ 3.340.052.671,24 em 2025 (+32,92%), ampliando sua contribuição para o total arrecadado.

As Receitas Correntes cresceram 8,83%, alcançando R\$ 19.568.651.527,29 (ante R\$ 17.981.001.087,44 em 2024), com destaque para o avanço dos Impostos, Taxas e Contribuições

de Melhoria, que totalizaram R\$ 7.129.364.137,52 (+10,56%) e para as Transferências Correntes, que atingiram R\$ 10.267.370.041,76 (+6,22%).

Em conjunto, tributos e transferências correntes somaram R\$ 17.396.734.179,28, equivalendo a aproximadamente 57,6% do total de receitas em 2025, evidenciando o papel central dessas fontes no financiamento do Estado. Também houve expansão da Receita Patrimonial (+34,52%) e da Receita de Serviços (+53,20%), ainda que esta última permaneça com participação reduzida no total. Por outro lado, Outras Receitas Correntes cresceram 7,94%.

Ressalta-se que a elevação das Receitas Correntes incorpora, também, a alta nos preços de bens e serviços ao longo dos meses anteriores. A inflação, aferida pelo IPCA em âmbito nacional, afeta o valor da arrecadação fiscal na medida em que a elevação dos preços faz com que a incidência das alíquotas favoreça a cobrança de tributos em maiores valores nominais, acarretando maiores receitas, seja as de tributação direta seja as decorrentes das transferências oriundas da arrecadação de competência da União, que indiretamente são transferidas aos entes da federação por meio do FPE. Em 2025, a inflação registrada no acumulado dos 12 meses com referência em agosto de 2024 foi de 5,11%.

As Receitas de Capital apresentaram crescimento de 32,92%, passando de R\$ 2.512.867.427,00 para R\$ 3.340.052.671,24. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo aumento das Operações de Crédito, que cresceram 19,65%, totalizando R\$ 2.891.033.102,48. Destaca-se também o forte crescimento das Transferências de Capital, que passaram de R\$ 86.433.048,40 para R\$ 437.583.410,28 (+406,27%), além do avanço das Amortizações de Empréstimos (+34,79%). Em contrapartida, houve recuo na Alienação de Bens (-8,11%).

Por fim, as Receitas Intraorçamentárias apresentaram aumento de 21,72%, totalizando R\$ 2.356.467.982,54 (ante R\$ 1.935.981.958,00 em 2024). A Receita Corrente Líquida também avançou 9,03%, passando de R\$ 17.181.161.335,79 para R\$ 18.732.289.115,60, reforçando o crescimento das entradas recorrentes no período analisado.

3 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Outra fonte que influencia e impacta a execução fiscal é a Receita Corrente Líquida (RCL), que corresponde à receita corrente total do ente federado deduzida as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional e legal. Seu saldo serve como



parâmetro para os limites da despesa com pessoal e endividamento de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Como uma das técnicas sugeridas para análise da RCL, deve-se observar que se trata de um parâmetro fundamental na composição dos índices previstos na aplicação da LRF, devendo ser computadas todas as receitas correntes da administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, realizando-se as deduções previstas, inclusive das possíveis duplicidades.

No período em análise, houve um aumento na Receita Corrente Líquida em R\$ 1.551.127.779,81 (+9,03%), que passou de R\$ 17.181.161.335,79 em 2024 para R\$ 18.732.289.115,60 em 2025 (Tabela 2). Assim, a execução fiscal vigente apresenta um cenário favorável em relação à formação da Receita Corrente Líquida estadual.

4 PRINCIPAIS RECEITAS CORRENTES

A Tabela 2 traz o comportamento de algumas das principais fontes de receita do Estado e suas participações na composição da Receita Corrente efetivamente arrecada para o Piauí.

No exercício de 2025, as principais Receitas Correntes do Poder Executivo do Piauí apresentaram crescimento nominal. Conforme a Tabela 2, o total arrecadado por ICMS, Cota-Parte do FPE, IRRF, Contribuições e IPVA passou de R\$ 18.351.424.199,20 em 2024 para R\$ 20.037.852.459,30 em 2025, o que representa aumento de 9,19%.

Tabela 2 – Principais Receitas Correntes: Poder Executivo – 2024 e 2025

RECEITA ORIGINÁRIA	2024		2025		Variação %
	Valor R\$	part. %	Valor R\$	part. %	
ICMS	7.713.816.236,00	42,03%	8.476.783.763,00	42,30%	9,89%
Cota-Parte do FPE	7.997.592.277,00	43,58%	8.680.357.295,00	43,32%	8,54%
IRRF	880.706.967,50	4,80%	1.016.091.928,00	5,07%	15,37%
Contribuições	1.175.934.489,00	6,41%	1.265.729.454,00	6,32%	7,64%
IPVA	583.374.229,70	3,18%	598.890.019,30	2,99%	2,66%
TOTAL	18.351.424.199,20	100	20.037.852.459,30	100	9,19%

Fonte: SICONFI - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, (2024/2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2026).

O desempenho foi sustentado, principalmente, pelo avanço do ICMS e do FPE, que permaneceram como as maiores fontes de arrecadação. O ICMS cresceu 9,89%, atingindo R\$ 8.476.783.763,00, e manteve participação elevada, passando de 42,03% em 2024 para 42,30%

em 2025. Já a Cota-Parte do FPE aumentou 8,54%, totalizando R\$ 8.680.357.295,00, com leve redução de participação, de 43,58% para 43,32%.

O IRRF apresentou crescimento de 15,37% no período, passando de R\$ 880.706.967,50 para R\$ 1.016.091.928,00, elevando sua participação de 4,80% para 5,07%. Em contraste, as Contribuições também registraram variação positiva de 7,64% (de R\$ 1.175.934.489,00 para R\$ 1.265.729.454,00), ainda que com leve redução de participação, de 6,41% para 6,32%.

Quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que é um tributo de competência estadual e tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, observou-se crescimento de 2,66%, passando de R\$ 583.374.229,70 para R\$ 598.890.019,30, com redução de participação de 3,18% para 2,99%.

5 DESPESAS DO GOVERNO ESTADUAL

A despesa pública demonstra os dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção de seus órgãos e entidades e a entrega dos serviços públicos prestados à sociedade. É classificada como Despesas Correntes, que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de bem de capital; Despesas de Capital, que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de bens de capital; e Despesas Intraorçamentárias, que representam os dispêndios e a realização de dotações entre órgãos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social do mesmo ente.

Os dados constantes na Tabela 3 contêm a composição das despesas governamentais dos anos de 2024 e 2025. Em 2025, o total geral de despesas liquidadas atingiu R\$ 29.931.029.062,49, o que representa aumento nominal de 34,81% em relação a 2024 (R\$ 22.202.954.412,46). Ressalta-se que as despesas liquidadas correspondem àquelas em que o objeto do empenho (bem, serviço ou obra) foi efetivamente entregue, configurando o reconhecimento da obrigação pela administração pública.

No recorte por natureza, as Despesas Correntes totalizaram R\$ 17.822.919.438,60 em 2025, com crescimento de 12,11% frente a 2024 (R\$ 15.897.748.652,46), embora com redução de participação de 71,60% para 59,55% do total. Esse avanço foi influenciado principalmente pelo aumento em Outras Despesas Correntes, que somaram R\$ 6.911.025.441,19 (+14,20%, acréscimo de R\$ 859.178.380,11), além da expansão em Pessoal e Encargos Sociais, que

alcançaram R\$ 9.519.318.145,06 (+6,85%, incremento de R\$ 610.041.259,02). Também se destaca a elevação de Juros e Encargos da Dívida, que passaram para R\$ 1.392.575.852,35 (+48,68%, acréscimo de R\$ 455.951.147,01).

Tabela 3 – Despesas liquidadas: Poder Executivo – 2024 e 2025

Despesas	2024		2025		Variação %
	Valor R\$	part. (%)	Valor R\$	part. (%)	
DESPESAS CORRENTES	15.897.748.652,46	71,60%	17.822.919.438,60	59,55%	12,11%
Pessoal e Encargos Sociais	8.909.276.886,04	40,13%	9.519.318.145,06	31,80%	6,85%
Juros e Encargos da Dívida	936.624.705,34	4,22%	1.392.575.852,35	4,65%	48,68%
Outras Despesas Correntes	6.051.847.061,08	27,26%	6.911.025.441,19	23,09%	14,20%
DESPESAS DE CAPITAL	4.312.084.727,78	19,42%	5.045.153.481,57	16,86%	17,00%
Investimentos	2.940.181.434,28	13,24%	3.192.024.671,69	10,66%	8,57%
Amortizações	820.772.066,02	3,70%	1.007.447.303,22	3,37%	22,74%
Inversões Financeiras	551.131.227,48	2,48%	845.681.506,66	2,83%	53,44%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.993.121.032,22	8,98%	2.135.346.714,42	7,13%	7,14%
TOTAL GERAL	22.202.954.412,46	100	29.931.029.062,49	100	34,81%

Fonte: SICONFI - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO (2024/2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2026).

Por sua vez, as Despesas de Capital registraram crescimento, totalizando R\$ 5.045.153.481,57 em 2025, o que corresponde a aumento de 17,00% em relação a 2024 (R\$ 4.312.084.727,78), ainda que com redução de participação de 19,42% para 16,86%. O avanço foi explicado, sobretudo, pelo aumento dos Investimentos, que passaram de R\$ 2.940.181.434,28 para R\$ 3.192.024.671,69 (+8,57%, acréscimo de R\$ 251.843.237,41), e pelas Inversões Financeiras, que cresceram para R\$ 845.681.506,66 (+53,44%, acréscimo de R\$ 294.550.279,18).

Em sentido semelhante, as Amortizações aumentaram para R\$ 1.007.447.303,22 (+22,74%, acréscimo de R\$ 186.675.237,20), reforçando o crescimento do agregado. Por fim, as Despesas Intraorçamentárias somaram R\$ 2.135.346.714,42 em 2025, com variação positiva de 7,14% em relação a 2024 (R\$ 1.993.121.032,22), embora com redução de participação no total (de 8,98% para 7,13%).

6 DÍVIDA CONSOLIDADA E DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A Dívida Consolidada (DC), que expressa o total das obrigações assumidas pelo Estado, alcançou R\$ 15.446.811.206,43 em 31/12/2025, registrando aumento de 17,21% em relação ao saldo de 31/12/2024 (R\$ 13.178.868.744,35), conforme a Tabela 4. No mesmo intervalo, a Receita Corrente Líquida (RCL) também apresentou crescimento, passando de R\$ 17.181.161.335,79 para R\$ 18.732.289.115,60, o que corresponde a uma variação de 9,03%.

Outro aspecto importante para a análise das finanças públicas é a Dívida Consolidada Líquida (DCL), que reflete o montante da dívida consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Em 2025, a DCL atingiu R\$ 13.350.546.206,89, registrando crescimento de 24,16% em relação a 2024 (R\$ 10.752.874.948,48). Com base no disposto na LRF, a DCL é importante para determinar os limites do nível de endividamento que os entes federados podem contrair. No caso dos estados e Distrito Federal, o limite estabelecido é de 200% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Tabela 4 – Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida do estado do Piauí (2024/2025) – (R\$)

RESUMO DA DÍVIDA	31/12/2024	31/12/2025	VARIAÇÃO %
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	13.178.868.744,35	15.446.811.206,43	17,21%
DEDUÇÕES (II)	2.425.993.795,87	2.096.264.999,54	-13,59%
Disponibilidade de Caixa	2.375.498.613,58	2.066.543.586,60	-13,01%
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.255.816.458,83	2.689.844.562,21	-17,38%
(-) Restos a Pagar Processados	610.646.900,61	417.128.982,70	-31,69%
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	269.670.944,64	206.171.992,91	-23,55%
Demais Haveres Financeiros	50.495.182,29	29.721.412,94	-41,14%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	10.752.874.948,48	13.350.546.206,89	24,16%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.181.161.335,79	18.732.289.115,60	9,03%
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	76,88	82,55	7,38%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	62,72	71,35	13,76%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	34.362.322.671,58	37.464.578.231,20	9,03%
Limite de Alerta (Inciso III do § 1º do Art. 59 da LRF)	30.857.680.452,82	33.682.179.548,95	9,15%

Fonte: SICONFI - Relatório de Gestão Fiscal – RGF (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2026).

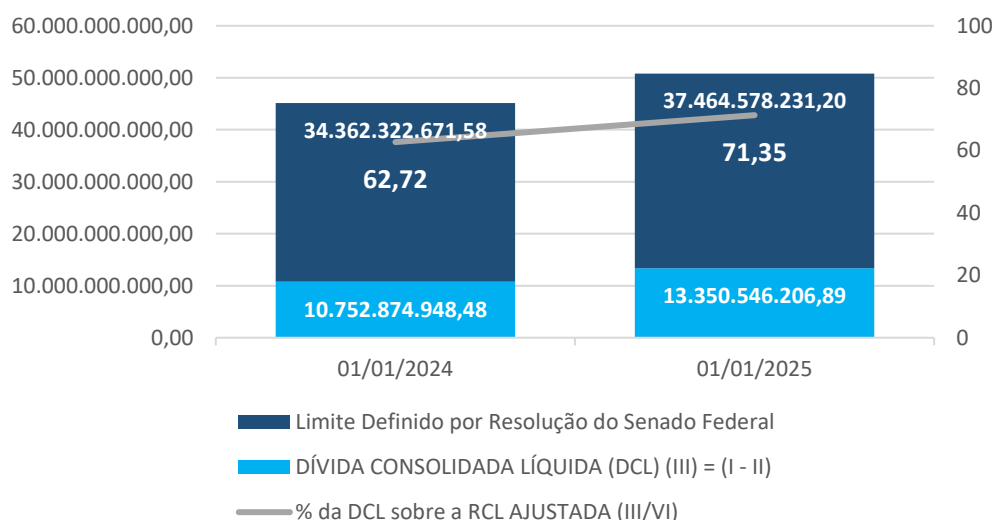
Conforme a Tabela 4, as deduções reduziram de R\$ 2.425.993.795,87 em 31/12/2024 para R\$ 2.096.264.999,54 em 31/12/2025 (-13,59%), refletindo principalmente a diminuição da Disponibilidade de Caixa, que passou de R\$ 2.375.498.613,58 para R\$ 2.066.543.586,60 (-



13,01%). A combinação de maior endividamento bruto com a redução das deduções resultou em uma DCL de R\$ 13.350.546.206,89 em 31/12/2025, representando alta de 24,16% em relação ao saldo de R\$ 10.752.874.948,48 em 31/12/2024.

O Gráfico 1 traz a representação do endividamento estadual a partir da Dívida Consolidada Líquida e do teto de endividamento estabelecido pelo Senado Federal. Destaca-se que o nível de comprometimento da DCL em relação à Receita Corrente Líquida Ajustada apresentou aumento de 8,63 pontos percentuais, passando de 62,72% em dezembro de 2024 para 71,35% ao final de 2025. Com isso, o controle do endividamento estadual permanece em nível favorável, ainda distante do limite estabelecido pelo Senado Federal (200%).

Gráfico 1 – Dívida Consolidada Líquida (R\$) e % da DCL/RCL no estado do Piauí em 2024 e 2025



Fonte: SICONFI - Relatório de Gestão Fiscal – RGF (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2026).

Desse modo, e conforme os dados da execução orçamentária anual, o cenário fiscal de 2025 mostra-se estável e favorável no que se refere ao controle do endividamento e ao controle do equilíbrio fiscal.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comparativo entre os exercícios de 2024 e 2025 sugere um quadro fiscal em que as receitas mantiveram trajetória de crescimento, com expansão tanto das receitas correntes quanto das fontes de capital, alterando a composição do financiamento do Estado. No período, as receitas totais somaram R\$ 30,19 bilhões em 2025, com variação nominal de 34,61% frente a 2024, movimento associado ao aumento das Receitas Correntes (+8,83%) e, de forma mais intensa, das Receitas de Capital (+32,92%).

Os resultados das Receitas Correntes foram sustentados pelo crescimento dos impostos, taxas e contribuições (+10,56%) e pela expansão das transferências correntes (+6,22%), reforçando a importância dessas fontes para a manutenção do equilíbrio orçamentário no curto prazo.

No lado da despesa, as despesas liquidadas alcançaram R\$ 29,93 bilhões em 2025 (+34,81%), com crescimento tanto das Despesas Correntes (+12,11%), especialmente Pessoal e Encargos (+6,85%) e Juros e Encargos da Dívida (+48,68%), quanto das Despesas de Capital (+17,00%), com destaque para o avanço dos Investimentos (+8,57%), Amortizações (22,74%) e das Inversões Financeiras (+53,44%).

Quanto ao endividamento, a Dívida Consolidada Líquida atingiu R\$ 13,35 bilhões em 2025 (+24,16% em relação a 2024) e o indicador DCL/RCL ajustada elevou-se para 71,35%, permanecendo, ainda assim, em patamar confortável e distante do limite de referência de 200%. Esses resultados indicam que, apesar do aumento do endividamento bruto, o controle do endividamento segue favorável, mesmo diante da redução das deduções, especialmente da disponibilidade de caixa.

Por fim, o período analisado reforça a importância de manter a trajetória de crescimento das receitas correntes, monitorar de forma contínua os componentes de despesa com maior rigidez, em especial pessoal e serviço da dívida, e garantir a sustentabilidade da expansão dos investimentos, de modo a conciliar a continuidade das políticas públicas com a execução de iniciativas estruturantes, preservando os parâmetros de sustentabilidade fiscal evidenciados ao longo do período.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI)**. Brasília, DF: STN, [s.d.]. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2026. (Siconfi)

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)**. Brasília, DF: STN, 2024–2025. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório de Gestão Fiscal (RGF): 1º e 2º quadrimestres (2025)**. Brasília, DF: STN, 2025. Disponível em: SICONFI. Acesso em: 26 jan. 2026.